

## EM BUSCA DO TÍTULO

**\*Roberto Rodrigues**

No primeiro semestre de 2020 o Brasil foi um dos únicos países do mundo que aumentou as exportações do agro. E também não faltaram alimentos para os brasileiros de todos os rincões.

Isso mostrou nossa competência ao enfrentar os problemas da pandemia que arrasa o planeta, pois o agro não parou de trabalhar e nem as cadeias de distribuição. Foi um magnífico exemplo de reação rápida e objetiva, e sobretudo de como a boa coordenação entre o setor privado e o governo realizam feitos de superação.

Por outro lado, esse sucesso aumentou as preocupações de concorrentes quanto à nossa capacidade de continuar crescendo como produtores e como fornecedores de alimentos em nível global.

E isso, naturalmente, traz possíveis tentativas de reduzir nossa competitividade.

Os demais grandes países produtores não tiveram resultados tão bons quanto os nossos e com isso a segurança alimentar voltou a ser um tema destacado entre governos de outros continentes. E já vem surgindo algumas formas de protecionismo que podem perturbar o comércio agrícola global. Há países tratando de impedir a exportação de seus excedentes de alimentos com medo de que depois façam falta. E outros estão pensando em colocar novas barreiras à importação de alimentos de países mais competitivos, para proteger seus próprios produtores. Tudo em nome da segurança alimentar.

E isso pode até nos prejudicar. Os nossos competidores ficam procurando motivos para boicotar nossos produtos, em manobras ilegítimas.

Alguns representantes de países europeus, principalmente, buscam argumentos contra nós. Não deveriam, inclusive porque tem fragilidades tão sérias quanto as nossas. Há dois temas em que estão em situação bastante complicada. Um deles tem a ver com manejo florestal. De acordo com o artigo *"Abrupt increase in harvested forest area over Europe after 2015"*, publicado pela renomada revista *Nature*, a crescente demanda por serviços e produtos florestais tem colocado desafios para o manejo florestal no Velho Continente. Com dados de satélites, por exemplo, ficou evidenciado o aumento da ordem de 49% da área de floresta colhida e um aumento de 69% da perda de biomassa na Europa no período de 2016/2018 em relação ao período 2011/2015: essas perdas ocorreram principalmente nos países ibéricos, nos nórdicos e nos Balcãs. Esse aumento de colheita reduz a capacidade de absorção de carbono pelo solo, o que pode afetar a capacidade de combate às mudanças climáticas.

E o outro trata de poluição. Dados publicados no relatório *"Air quality in Europe em 2019"* pela *European Environment Agency* (EEA) indicam que a poluição do ar causou 400 mil mortes prematuras na Europa em 2016. O relatório vai além: mostra que quase todos os habitantes de cidades europeias estão expostos a níveis de poluição considerados prejudiciais à saúde. E mais ainda: em 16 dos 28 países membros da União Europeia houve pelo menos uma ocorrência de níveis de dióxido de nitrogênio superior aos limites estabelecidos pelo Bloco. E na

França, Alemanha, Holanda e Espanha foram detectadas concentrações preocupantes de gás liberado por automóveis.

Temos uma agropecuária sustentável de verdade, e os números mostram isso à exaustão. Do Plano Collor (15 de março de 1990, cerca de 30 anos atrás) até hoje, a nossa área plantada com grãos aumentou 74%, se considerarmos aquelas com duas safras ou mais, isto é, o número absoluto é ainda menor. E a produção cresceu 334%, 5 vezes mais. Hoje cultivamos 66 milhões de hectares com grãos, e se tivéssemos a mesma produtividade de 30 anos atrás, precisaríamos de mais 99 milhões de hectares para colher a safra recorde (mais uma vez) de 2020.

Isso é Sustentabilidade na veia, à qual se soma o Código Florestal mais rigoroso do planeta, os biocombustíveis renováveis que emitem muito menos CO2 do que os derivados de petróleo, os programas do Plano ABC, com destaque para a integração lavoura/pecuária que já está em mais de 13 milhões de hectares.

Mas em comércio internacional, não podemos dar chance para o azar. E agora o foco está em desmatamentos ilegais na Amazônia. Ora, os produtores rurais profissionais que vivem da sua atividade não cometem crimes, e não os aprovam. Ao contrário, desejam que a lei seja cumprida, inclusive o próprio Código Florestal, que ainda tem adversários que não são os agropecuaristas. É inaceitável que uma ilegalidade de pouquíssimos se transforme em um boicote contra o Brasil todo.

Grupos europeus mais agressivos chegam a condenar até mesmo o importante Acordo Mercosul/União Europeia, essencial para os dois grupos de países. Só para o Brasil, a implementação desse acordo gerará um aumento de comércio significativo. E milhares de empregos serão criados aqui e nos nossos vizinhos. Impedir isso é uma atitude antiprogressista incompreensível. E pune quem não tem nenhuma responsabilidade com a ilegalidade cometida.

Em suma, é preciso separar o joio do trigo: ninguém pode condenar a nossa sustentável produção agropecuária por um crime que não praticou, e muito menos prejudicar, com tal atitude, toda a população brasileira.

Agora é apoiar o esforço governamental para corrigir esses problemas a partir das ações do Conselho da Amazônia, presidido pelo General Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República. Fazendo apenas cumprir a lei, seja o Código Florestal, seja o marco de regularização fundiária, como quer a brilhante Ministra da Agricultura Tereza Cristina, não haverá mais argumentos que impeçam nosso acesso a mercados do mundo todo, garantindo ao Brasil o título que está escrito nas estrelas, o de campeão mundial da segurança alimentar, uma justa homenagem ao nosso competente produtor rural.

**\* Roberto Rodrigues - Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**